

Concurso Público
Sem Publicidade Internacional

Fornecimento de materiais (edifícios e equipamentos)

Artigo 1.º - Objeto do procedimento

1 - Constitui objeto do presente Concurso Público o **Fornecimento de materiais (edifícios e equipamentos)**, em regime de fornecimento contínuo, de acordo com as características e quantidades máximas previstas na PARTE II do Caderno de Encargos.

2 - O presente fornecimento encontra-se classificado no “Vocabulário Comum para os Contratos Públicos” (CPV):

a) Vocabulário principal: 44100000 – 1 - Materiais de construção e artigos afins

Artigo 2.º - Tipo de Procedimento

Concurso público, ao abrigo do disposto na alínea b), do n.º 1 do artigo 20º do Código dos Contratos Públicos.

Artigo 3.º - Entidade adjudicante

A entidade adjudicante é o Município de Amarante, pessoa coletiva de direito público de base territorial, NIF 501102752, com sede na Alameda Teixeira de Pascoaes, 4600-011 Amarante, nº de telefone 255420200, Fax nº 255420201, correio eletrónico geral@cm-amarante.pt.

Artigo 4.º - Órgão responsável pela decisão de contratar

A decisão de contratar foi tomada pelo Ex.mo Sr. Presidente da Câmara Municipal de Amarante, no exercício das competências conjugadas no artigo 18.º, n.º 1, al. a) do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8/6 e artigo 35.º, n.º 1, al. f) do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12/9.

Artigo 5.º - Disponibilização das peças do procedimento

1 - O meio eletrónico de fornecimento das peças do procedimento é a plataforma eletrónica de contratação pública, acinGov, acessível através do sítio eletrónico <https://www.acingov.pt/>, designado para efeitos do presente Programa de Procedimento por Plataforma acinGov, onde será integralmente disponibilizado todo o processo do procedimento, este acesso é gratuito e permite efetuar a consulta e o download gratuito das peças do procedimento.

2 - O processo administrativo do concurso encontra-se disponível na Divisão de Contratação Pública e Aprovisionamento, localizada na sede da entidade adjudicante, onde pode ser examinado, durante as horas de expediente (das 9h às 12:30h e das 13:30h às 17:00h), desde a data de publicação do respetivo anúncio até ao dia e hora limite para entrega das propostas.

Artigo 6.º - Ajuste Direto

Fica expressamente prevista a possibilidade de adoção do ajuste direto nos termos do disposto na alínea a) e b), n.º 1, do art.º 24.º do CCP.

Artigo 7.º - Concorrentes

- 1 - Podem apresentar propostas ou integrar qualquer agrupamento as entidades, nacionais ou estrangeiras, que não se encontrem em nenhuma das situações referidas no artigo 55.º do CCP.
- 2 - É permitida a apresentação de propostas por um agrupamento de concorrentes, o qual deve assumir a forma jurídica de consórcio externo em regime de responsabilidade solidária, quando lhe for adjudicado o contrato.
- 3 - Os membros de um agrupamento concorrente não podem ser concorrentes no mesmo procedimento, nem integrar outro agrupamento concorrente.

Artigo 8.º - Agrupamentos

- 1 - Ao concurso poderão apresentar-se agrupamentos de pessoas singulares ou coletivas, qualquer que seja a atividade por elas exercida, sem que entre as mesmas exista qualquer modalidade jurídica de associação.
- 2 - Os membros de um agrupamento concorrente não podem ser concorrentes no mesmo procedimento, nos termos do disposto no CCP, nem integrar outro agrupamento candidato ou outro agrupamento concorrente.
- 3 - Todos os membros de um agrupamento concorrente são solidariamente responsáveis, perante a entidade adjudicante, pela manutenção da proposta.
- 4 - Em caso de adjudicação, todos os membros do agrupamento concorrente, e apenas estes, devem associar-se, obrigatoriamente, antes da celebração do contrato, na modalidade jurídica de consórcio externo, em regime de responsabilidade solidária.

Artigo 9.º - Apresentação de propostas

- 1 - As propostas devem apresentar indicação do preço total para cada lote a que pretendam concorrer, e os documentos que as acompanham devem, nos termos do artigo 62º do Código dos Contratos Públicos, ser apresentadas no portal www.acingov.pt, até às **23h59m do 10.º dia** a contar da data do envio para publicação do presente concurso no Diário da República.
- 2 - A data limite fixada no número anterior pode, a pedido dos interessados e em casos devidamente fundamentados, ser prorrogada por prazo adequado quando o programa do procedimento, o caderno de encargos ou os esclarecimentos solicitados não puderem ser fornecidos nos prazos estabelecidos para o efeito.
- 3 - A prorrogação de prazo prevista no número anterior aproveita a todos os interessados.

Artigo 10.º - Proposta

- 1 - A proposta é a declaração pela qual o concorrente manifesta a sua vontade de contratar e o modo pelo qual se dispõe a fazê-lo.
- 2 - Na proposta os concorrentes devem indicar todos os elementos solicitados na Cláusula seguinte, identificando o lote ao qual estão a apresentar proposta, devendo para o efeito

considerar todas as condições e informações constantes do presente Programa de Procedimento e Caderno de Encargos.

3 – Os concorrentes poderão apresentar proposta para um ou mais lotes objeto do presente procedimento.

4 - Na proposta o concorrente pode especificar aspectos que considere relevantes para a apreciação da mesma.

Artigo 11.º - Documentos que acompanham a proposta

1 - A proposta do concorrente é constituída pelos seguintes documentos:

a) Declaração do concorrente de aceitação do conteúdo do caderno de encargos, elaborada em conformidade com o modelo constante do Anexo I do CCP, ao presente Programa de Procedimento, do qual faz parte integrante. Esta declaração deve ser assinada pelo concorrente ou por representante com poderes para o obrigar.

b) Proposta de preço (IVA excluído) com indicação do preço total para cada lote a que pretendam concorrer, indicado em algarismos e por extenso, com indicação do IVA, o respectivo valor e a taxa legal aplicável, **de acordo com o modelo de proposta em anexo ao presente programa.**

c) Lista dos preços unitários, que não deve incluir o IVA, para cada lote que concorram. **Para elaboração da lista de preços unitários deverá ser utilizado única e exclusivamente o mapa de quantidades disponibilizado na plataforma eletrónica <https://www.acingov.pt/>, não sendo admitida a sua apresentação em formato distinto.**

d) Cópia da Certidão Permanente, sendo a sua apresentação de carácter obrigatório.

e) Declaração de inexistência de impedimentos, disponível na plataforma junto às peças de procedimento, sendo a sua apresentação de carácter obrigatório, sob pena de exclusão.

f) Quaisquer outros documentos que o concorrente apresente por os considerar indispensáveis.

2 - Quando a proposta seja apresentada por um agrupamento concorrente, a declaração referida na alínea a) do número 1, bem como todos os documentos que constituem a proposta, devem ser assinados eletronicamente (assinatura digital qualificada) pelo representante comum dos membros que o integram, caso em que devem ser juntos à declaração os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos membros ou, não existindo representante comum, deve ser assinada por todos os seus membros ou respetivos representantes.

3 - No caso de agrupamento de concorrentes, a proposta pode ser acompanhada de instrumentos de mandato, emitido por cada uma das entidades que o compõem, designando um representante comum para praticar todos os actos no âmbito do concurso.

4 – A declaração referida na alínea a) do número 1, bem como todos os documentos que constituem a proposta, devem ser assinados eletronicamente (assinatura digital qualificada) pelo concorrente ou seu representante que tenha poderes para o obrigar.

Artigo 12.º - Modo de apresentação das propostas

- 1 - A apresentação das propostas e os documentos que as acompanham deverá ser realizada exclusivamente de forma eletrónica, devendo cumprir com o disposto nos seguintes pontos:
- 2 - Os interessados devem ter em atenção o tempo necessário à submissão e assinatura eletrónica das propostas e documentos que as acompanham em função do tipo de acesso à Internet de que dispõem, uma vez que só serão admitidas as propostas cujo recibo eletrónico comprovativo comprove a submissão anterior à hora fixada.
- 3 - A proposta e os documentos que a constituem deverão ser redigidos em língua portuguesa ou, não o sendo, deve ser acompanhada de tradução devidamente legalizada e em relação à qual o concorrente declare aceitar a prevalência, para todos os efeitos, sobre os respetivos originais.
- 4 - A proposta será assinada pelo concorrente ou seu representante. Sempre que seja assinada por procurador, juntar-se-á procuração que confira a este último poderes para o efeito, ou pública - forma da mesma, devidamente legalizada.

Artigo 13.º - Prazo de obrigação de manutenção das propostas

Os concorrentes são obrigados a manter as respetivas propostas pelo prazo de 66 dias úteis ou superior, contados a partir da data do termo do prazo fixado para apresentação das propostas.

Artigo 14.º - Preço base

O preço base, sendo o entendido como preço máximo que a entidade se dispõe a pagar pela totalidade dos fornecimentos a executar no presente procedimento é de **81.000,00 € (oitenta e um mil euros)**, ao qual acresce o IVA a taxa em vigor, sendo o mesmo constituído por quatro lotes, melhor identificados na **PARTE II – CLÁUSULAS TÉCNICAS** e cujo preço base, por lote, não poderá ultrapassar os seguintes montantes:

Lote 1 – Ferragens - preço base: 25.000,00€

Lote 2 – Inertes - preço base: 18.000,00€

Lote 3 – Madeiras - preço base: 18.000,00€

Lote 4 – Tintas e derivados - preço base: 20.000,00€

Artigo 15.º - Critério de adjudicação

- 1 - A adjudicação é feita lote a lote, segundo o critério da proposta economicamente mais vantajosa, na modalidade **monofator**, de acordo com a qual o critério de adjudicação é densificado por um fator correspondente a um único aspeto da execução do contrato a celebrar, o **preço**, nos termos da alínea b), do n.º 1, do artigo 74.º do CCP, podendo ser adjudicado ao mesmo concorrente um ou mais lotes.
- 2 - O critério de desempate nos termos do n.º 4 do artigo 74.º do CCP é a elaboração de sorteio a realizar em data e hora a indicar e após a convocação expressa dos concorrentes.

Artigo 16.º - Idioma

A proposta e os documentos que a acompanham devem ser redigidos em língua portuguesa ou, não o podendo ser, devem ser acompanhados de tradução devidamente legalizada e em relação à qual o concorrente declara a prevalência, para todos os efeitos, sobre os respetivos originais.

Artigo 17.º - Propostas com variantes

Não é admitida a apresentação de propostas variantes.

Artigo 18.º - Negociação

As propostas apresentadas não serão objeto de negociação.

Artigo 19.º - Documentos de habilitação

1- O Adjudicatário, no prazo de **5 (cinco) dias** a contar da notificação de adjudicação, deve apresentar os seguintes documentos de habilitação:

- a) Declaração emitida conforme modelo constante do Anexo II do CCP;
- b) Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos,
- c) Declaração Registo Central de Beneficiário Efetivo atualizada, nos termos da Lei 89/2017, de 21 de agosto, com comprovativo da respetiva consulta;
- d) Apresentar um plano de prevenção de corrupção e de infrações conexas ou a certificação de que aquele se enquadra na exceção prevista na parte final do n.º 9 do artigo 81 do CCP (se aplicável).

2 - É ainda concedido o prazo de **2 (dois) dias**, para a supressão de irregularidades detetadas nos documentos apresentados que possam levar a caducidade da adjudicação nos termos do disposto no Artigo 86.º do CCP.

Artigo 20.º - Caução para garantir o cumprimento de obrigações

Não há lugar à prestação de caução.

Artigo 21.º - Legislação Aplicável

A tudo o que não esteja especialmente previsto no caderno de encargos aplica-se o Código dos Contratos Públicos aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, com as devidas retificações, pela Lei n.º 30/2021, de 21 de maio, o Código do Procedimento Administrativo e demais legislação aplicável.

MODELO DE DECLARAÇÃO DA PROPOSTA

OBJETO (.....)

.....(indicar concorrente), depois de ter tomado conhecimento do objeto do fornecimento de (designação do lote ou lotes a que concorre), a que se refere o anúncio datado de, obriga-se a executar o referido fornecimento, de harmonia com o caderno de encargos e lista de preços unitários apresentada, para o(s) lote(s) abaixo identificados (escolher os lotes a que concorre) e com o seguinte valor:

Lote 1 – Ferragens: cuja soma dos preços unitários perfaz o valor global de.....€.....(por extenso e por algarismos), que não inclui o imposto sobre o valor acrescentado.

Lote 2 – Inertes: cuja soma dos preços unitários perfaz o valor global de.....€.....(por extenso e por algarismos), que não inclui o imposto sobre o valor acrescentado.

Lote 3 - Madeiras: cuja soma dos preços unitários perfaz o valor global de.....€.....(por extenso e por algarismos), que não inclui o imposto sobre o valor acrescentado.

Lote 4 - Tintas e Derivados: cuja soma dos preços unitários perfaz o valor global de.....€.....(por extenso e por algarismos), que não inclui o imposto sobre o valor acrescentado.

À quantia supra mencionada acrescerá o imposto sobre o valor acrescentado à taxa legal em vigor.

Prazo do fornecimento:

Prazo de manutenção da proposta:

Mais declara que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do seu contrato, ao que se achar prescrito na legislação portuguesa em vigor.

Data _____

(Assinatura) _____